

Tema: Press Clippings				Ámbito: Nacional	Tiragem: 62042	
Título: Eurodeputados votam relatório final					Temática: Generalista	GRP: 3.3
2007/02/14	DIARIO DE NOTICIAS – PRINCIPAL	Pág.6	Imagem: 1/1		Periodicidade: Diaria	Inv.: 3356.00

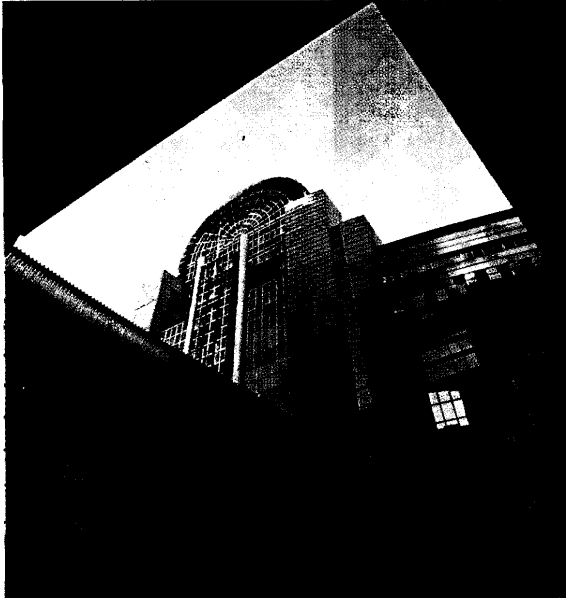
VOOS DA CIA

Eurodeputados votam relatório final

A maioria dos eurodeputados portugueses só votará favoravelmente a posição do Parlamento Europeu sobre os voos ilegais da CIA na Europa se a versão final da resolução for moderada relativamente ao envolvimento de Portugal. A posição foi transmitida ontem em Estrasburgo, França, pelos líderes das duas maiores delegações de eurodeputados portugueses, Edite Estrela, do PS (12 deputados em 24) e João de Deus Pinheiro, do PSD (sete).

A poucas horas do "veredicto" final da assembleia de Estrasburgo sobre as averiguações realizadas, no último ano, em torno da alegada utilização de países europeus pela CIA para o transporte ilegal de prisioneiros, os diferentes grupos políticos europeus ainda estavam a negociar as emendas, estando tudo em aberto para a votação de hoje.

Enquanto as delegações do PS, PSD e CDS/PP, que abrangem a maioria dos eurodeputados portugueses, defendem que devem ser consagradas emendas que retirem a Portugal o protagonismo "desadequado" no texto da comissão temporária do PE, PCP e BE recusam que seja minimizado o caso português. A líder da delegação do PS ao PE, Edite Estrela, que subscreveu várias propostas de alterações, considerou que o texto adoptado, no mês passado, na comissão temporária,



Rui Coutinho

Voos | Parlamento Europeu discute e vota hoje, depois de 14 meses de trabalho

ria, "não traduz a realidade portuguesa".

Edite Estrela, cujas propostas vão fundamentalmente no sentido de retirar as críticas à alegada falta de colaboração do Governo português e algumas alegações, sustentou que

"Portugal foi dos países que mais colaboraram" e que a delegação socialista portuguesa considerou que "há algumas afirmações que carecem de ser provadas", sendo necessário, pelo menos, acrescentar-lhes "o adverbio alegadamente".

Sobre eventuais divergências no seio da delegação do PS, devido às iniciativas da eurodeputada Ana Gomes, Estrela diz que "há sensibilidades" diferentes que são respeitadas.

Também Deus Pinheiro considerou fundamental a aprovação das emendas, até para, no caso de Portugal, "suavizar algumas alegações que são feitas" e que, do ponto de vista da delegação do PSD, "não são as mais adequadas, até porque são coisas de somenos". Considerando, como o próprio presidente da comissão temporária, Carlos Coelho, que o caso português foi "claramente sobrevalorizado" e "evidenciado pelas circunstâncias que todos conhecem", Deus Pinheiro considerou, todavia, que Ana Gomes "não deve ser criticada" pelo trabalho desenvolvido, pois "cada deputado tem o direito e dever de explorar os assuntos ao máximo".

O debate e votação no hemiciclo ocorre 14 meses após o PE ter decidido criar a comissão temporária, que, ao longo de um ano, ouviu testemunhos de 172 pessoas, incluindo responsáveis governamentais e alegadas vítimas, e realizou sete missões no exterior, uma delas em Portugal. Entretanto, uma participação de Ana Gomes à Procuradoria-Geral da República e outra de um jornalista levaram o Ministério Público a abrir um inquérito-crime. I

José Sócrates fala ao 'New York Times'

O primeiro-ministro, José Sócrates, disse na segunda-feira ao *New York Times* que o seu Governo não encontrou "nenhuma prova concreta" que suporte as alegações de que os Estados Unidos da América tenham conduzido actividades ilegais de contraterrorismo nas bases americanas em solo português. Numa entrevista àquele jornal norte-americano, o primeiro-ministro português disse que o Governo abriu uma investigação sobre a possibilidade de aviões da CIA, alguns deles transportando suspeitos de terrorismo, terem feito escalas na Base Aérea das Lajes, nos Açores.

O chefe do Governo frisou que as relações entre os Estados Unidos e Portugal não sofreram qualquer dano em resultado das alegações sobre os voos da CIA.

"Não temos qualquer indicação de qualquer actividade ilegal praticada pelos americanos", disse José Sócrates, que definiu os EUA como "um país com respeito pela lei, um Estado baseado em leis", que merece ser tratado como inocente até ser provado o contrário.